

Global Participações em Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.
Salvador – Bahia

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Participações em Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia apresenta no ativo não circulante consolidado o saldo de R\$48.000 mil relativo a debêntures adquiridas pela sua controlada Companhia Energética Potiguar e designadas a valor justo por meio do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia não calculou o valor justo desse instrumento financeiro de acordo com as práticas contábeis. Dessa forma, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de “Outros ativos financeiros - debêntures” no ativo não circulante, assim como os possíveis efeitos nas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício em função dos ajustes referentes aos efeitos das alterações nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2024 no que se refere às taxas de depreciação utilizadas para depreciação de seu ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa n.º 4. Conseqüentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto não é mais necessária e, portanto, nosso relatório não contém qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e a outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

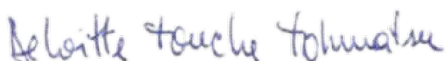
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

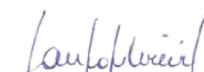
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Global Participações em Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em milhares de reais - R\$

Ativos	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024			31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
Circulantes			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	6	22	20	11	364.247	580.879	96.441	Circulantes	18	26	71	60	39.470	29.152	29.915
Contas a receber	8	-	-	-	35.195	86.703	180.857	Fornecedores	20	-	-	-	10.551	3.749	33.321
Arrendamento mercantil a receber	11	-	-	-	-	25.676	62.386	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	8.370	8.027	7.051
Impostos a recuperar	9	-	-	-	80.583	7.823	4.060	Obrigações tributárias	21	11	294	460	4.871	10.958	13.260
Impostos de Renda e Contribuição social a recuperar		116	115	2.177	13.961	3.487	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1	132	-	2.581	5.475	11.948
Estoques	10	-	-	-	129.233	90.275	119.814	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	278.795	80.391	117.577	293.744	88.897	126.848
Dividendos e juros sobre capital próprio		74.029	56.936	40.120	-	-	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	-	643	-	2.590
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	-	-	14.190	-	Adiantamento de clientes		-	-	-	-	-	25.791
Outras contas a receber	12	-	-	-	18.192	13.267	12.550	Outras contas a pagar		-	-	-	6.465	7.346	6.927
Total dos ativos circulantes		74.167	57.071	42.308	641.411	822.300	476.108	Total dos passivos circulantes		278.833	80.888	118.097	366.795	153.614	257.651
Não circulantes								Não circulantes							
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	-	5.533	4.443	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	-	-	999.629	560.457	-
Arrendamento mercantil a receber	11	-	-	-	-	-	21.202	Tributos diferidos	17	-	-	-	27.180	48.354	37.045
Impostos a recuperar	9	-	-	-	141	201	-	Provisão para riscos legais	22	-	-	-	-	450	578
Impostos de Renda e Contribuição social a recuperar		-	-	-	-	-	27.998	Adiantamento para futuro aumento de capital	23	33.249	132.766	74.178	33.249	132.766	74.178
Depósitos judiciais	22	-	-	-	1.822	17.366	17.232	Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	-	-	-	1.330
Outras contas a receber	12	25.558	2.412	1.502	25.558	2.412	1.502	Outras contas a pagar		-	-	-	9.844	9.982	5.658
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7	10.097	-	-	-	Total dos passivos não circulantes		33.249	132.766	74.178	1.069.902	752.009	118.789
Investimentos	13	909.144	994.061	896.006	-	-	-	Patrimônio líquido							
Outros ativos financeiros	15	-	-	-	48.000	48.000	48.000	Capital social	23	513.265	380.498	306.320	513.265	380.498	306.320
Intangível	16	-	-	-	1.541.203	971.335	668.728	Reservas de lucros		183.522	459.399	451.318	183.522	459.399	451.319
Total dos ativos não circulantes		934.702	996.480	907.605	1.631.316	1.053.395	794.975	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		696.787	839.897	757.638	696.787	839.897	757.639
								Participação de acionistas não controladores		-	-	-	139.243	130.175	137.004
								Total do patrimônio líquido		696.787	839.897	757.638	836.030	970.072	894.643
Total dos ativos		1.008.869	1.053.551	949.913	2.272.727	1.875.695	1.271.083	Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.008.869	1.053.551	949.913	2.272.727	1.875.695	1.271.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Global Participações em Energia S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
			Reapresentado		Reapresentado
Receita operacional líquida	26	-	-	311.142	525.066
Custos de operação e manutenção	27	-	-	(214.267)	(275.549)
Lucro bruto		-	-	96.875	249.517
Resultado de equivalência patrimonial	27	77.598	205.430	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(1.839)	(3.182)	(66.028)	(72.945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(432)	1.227	9.169	8.875
Lucro antes do resultado financeiro		75.327	203.475	40.016	185.447
Receitas financeiras	28	851	216	101.309	79.656
Despesas financeiras	28	(2)	(3)	(3.180)	(3.483)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	(14.833)	24.730
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.176	203.688	123.312	286.350
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	-	(4.069)	(23.149)	(32.780)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	5.464	(11.052)
Total		-	(4.069)	(17.685)	(43.832)
Lucro líquido do exercício		76.176	199.619	105.627	242.518
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		2,05	8,72		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				76.176	199.619
Acionistas não controladores				29.451	42.899
				105.627	242.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Global Participações em Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	76.176	199.619	105.627	242.518
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>76.176</u>	<u>199.619</u>	<u>105.627</u>	<u>242.518</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			76.176	199.619
Acionistas não controladores			29.451	42.899
			<u>105.627</u>	<u>242.518</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Global Participações em Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Atribuível a controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados				
Saldos em 31º de Janeiro de 2024		306.320	61.264	319.548	-	687.132	128.289	815.421	
Ajuste de Exercícios Anteriores	4	-	-	70.507	-	70.507	8.715	79.222	
Saldos em 31º de Janeiro de 2024 (Reapresentado)		306.320	61.264	390.055	-	757.639	137.004	894.643	
Ganho de participação societária		-	-	-	-	-	152	152	
Redução de Capital Controladas		-	-	-	-	-	(144)	(144)	
Integralização de Capital	23	74.178	-	-	-	74.178	-	74.178	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	199.619	199.619	42.899	242.518	
Destinação do lucro:									
Reserva legal	23	-	8.908	-	(8.908)	-	-	-	
Dividendos adicionais pagos de 2023 (R\$1,23 por lote de mil ações)	23	-	-	(149.228)	-	(149.228)	(37.372)	(186.600)	
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 2,14 por ação)	23	-	-	-	(42.311)	(42.311)	(10.392)	(52.703)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,41 por lote de mil ações)	23	-	-	-	-	-	(1.972)	(1.972)	
Reserva de lucros	23	-	-	148.400	(148.400)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		380.498	70.172	389.227	-	839.897	130.175	970.072	
Redução de participação dos majoritários		-	-	-	-	-	431	431	
Venda de Ações para minoritários	19	-	-	-	-	-	25.000	25.000	
Integralização do capital social	23	132.767	-	-	-	132.767	-	132.767	
Redução de capital controladas		-	-	-	-	-	(71)	(71)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	76.176	76.176	29.451	105.627	
Destinação do lucro:									
Reserva legal	23	-	3.809	-	(3.809)	-	-	-	
Dividendos adicionais de exercícios anteriores (R\$6,14 por lote de mil ações)	23	-	-	(297.253)	-	(297.253)	(43.423)	(340.676)	
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 2,14 por ação)	23	-	-	-	(18.092)	(18.092)	(580)	(18.672)	
Dividendos intercalares 2025 (R\$ 2,14 por ação)	23	-	-	-	(36.708)	(36.708)	(1.556)	(38.264)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,01 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	(184)	(184)	
Constituição de reserva de lucros	23	-	-	17.567	(17.567)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		513.265	73.981	109.541	-	696.787	139.243	836.030	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Global Participações em Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Valores expressos em milhares de reais - R\$

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	76.176	199.619	105.627	242.518
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	27	-	38.127	36.394
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	-	-	21.840	322
Variação cambial e outras receitas (despesas), líquida	-	-	821	(78)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	-	-	-	390
Juros a receber	(888)	-	(888)	-
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	189
Rendimento de depósitos bancários vinculados	-	-	(241)	(306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	(5.464)	11.052
Provisão de riscos legais	22	-	(450)	(128)
Ganho (Perda) de instrumentos financeiros derivativo, líquido	24	-	14.833	(24.730)
Juros sobre arrendamento	11	-	(502)	(4.474)
Ajuste da Equivalência Patrimonial	431	152	431	152
Resultado da Equivalência Patrimonial	13	(77.598)	(205.430)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	51.508	94.154
Arrendamentos a receber	-	-	26.178	62.386
Estoques	-	-	1.430	(20.506)
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	682	(98.886)	19.411
Outras contas a receber	(22.259)	(910)	(27.183)	(1.623)
Depósitos judiciais	-	-	15.544	(134)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(37)	10	9.256	5.860
Impostos a recolher	(414)	(34)	5.876	4.678
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	342	978
Outras contas a pagar	-	-	(50.777)	28.709
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas operações	(24.589)	(5.911)	107.422	455.214
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(14.880)	(12.586)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(24.589)	(5.911)	92.542	442.628
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	13	(31.358)	(159.969)	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	(44.207)	(14.580)
Aquisição de imobilizado e intangível	14 e 31	-	(558.332)	(318.958)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	10.560	-
Aplicações financeiras	-	-	(849)	(4.281)
Venda de participação societária	25.000	-	25.000	-
Resgate de Ações	-	-	(72)	-
Dividendos recebidos	151.348	251.756	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	144.990	91.787	(567.900)	(337.819)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	421.801	578.010
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	-	-	(33.231)
Custo de captação adicionado	20	-	(3.400)	(18.991)
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.250	68.678	33.250	68.681
Aumento de capital social	-	74.178	-	64.086
Dividendos pagos	23	(153.649)	(228.723)	(278.926)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(120.399)	(85.867)	258.726	379.629
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2	9	(216.632)	484.438
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	20	11	580.879
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	22	20	364.247
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2	9	(216.632)	484.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Senhores Acionistas,

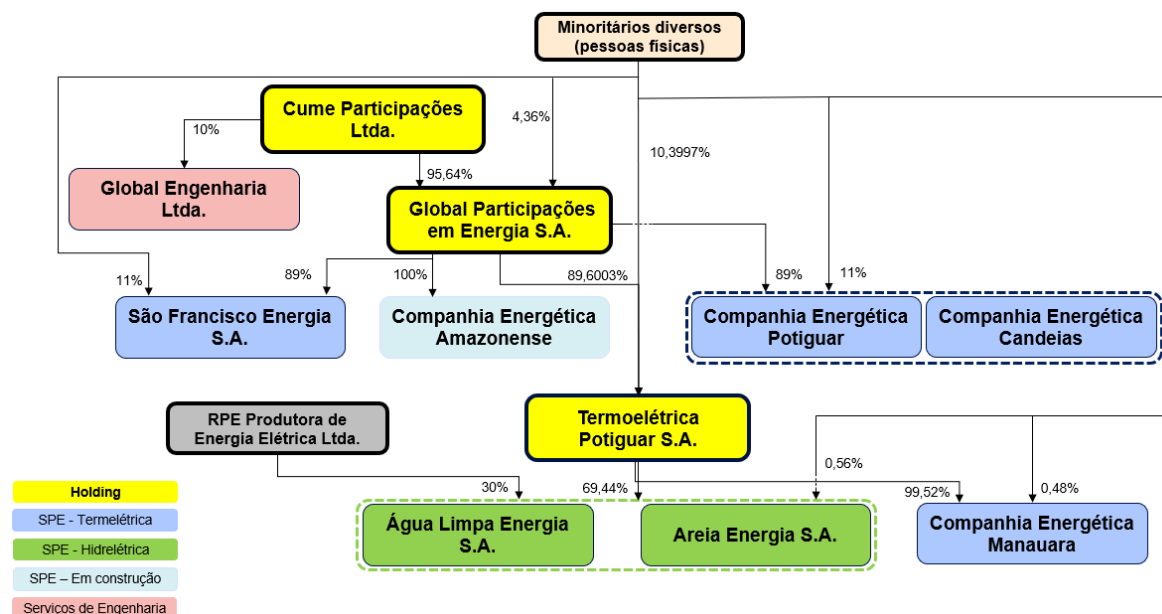
A Administração da Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Grupo Global teve seu início há mais de três décadas, em 1987, inicialmente dedicado à prestação de serviços de manutenção e montagens industriais. A partir de 2001, em meio à crise energética, expandiu suas operações para o desenvolvimento de negócios relacionados à geração de energia elétrica, desempenhando um papel significativo no avanço do setor no Norte e Nordeste. Naquela época conquistou seu primeiro leilão de energia, marcando o início de um período de crescimento exponencial.

A GPE atualmente controla onze empreendimentos, sendo nove termelétricas (UTES) e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade instalada de geração da ordem de 844 MW, todos autorizados pelo Poder Concedente:

- Duas usinas termelétricas, Potiguar e Potiguar III, contratadas por disponibilidade, em Macaíba, RN - Companhia Energética Potiguar (CEP);
- Duas usinas termelétricas, Global I e Global II, contratadas por disponibilidade, em Candeias, BA - Companhia Energética Candeias (CEC);
- Três usinas termelétricas, Apoena, Guarani e Curumim, no momento em estado de hibernação e sem contrato de geração, em Camaçari, BA - São Francisco Energia S.A. (SFE);
- Uma usina termelétrica, Manaus I, em fase de construção com previsão de início de operação comercial em 31 de dezembro de 2026.
- Duas PCHs, Água Limpa Energia S/A (AGL) e Areia Energia S/A (ARE), contratadas no âmbito do PROINFA, localizadas no rio Palmeiras, em Dianópolis, TO.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Missão: Empreender negócios em energia e infraestrutura com rentabilidade e sustentabilidade.
- Visão: Ser excelente em negócios de energia e infraestrutura.
- Valores: Comprometimento; Foco em Resultado; Humildade; Integridade; Meritocracia; Resiliência; e Segurança e Meio Ambiente.

A GPE fundamenta as suas práticas nos cinco princípios essenciais da Governança Corporativa: integridade, transparência, equidade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade, os quais são aplicados de maneira consistente em todas as empresas do Grupo. Vale ressaltar a participação ativa dos acionistas no direcionamento estratégico e no acompanhamento das operações do Grupo. Reuniões regulares de sócios são realizadas semanalmente, voltadas para o planejamento, controle de resultados e na orientação geral das empresas. Essa abordagem reflete o compromisso com uma governança sólida e alinhada com os melhores padrões do setor.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global possui estratégias para atuações socioambientais a fim de manter-se alinhado ao conceito **ESG - Environmental, Social and Governance**, estando em constante desenvolvimento na área de Governança, com uma gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A GPE possui algumas usinas que, até a data das presentes Demonstrações Financeiras, não tinham contratos formalizados para a venda de energia elétrica em 2025. As usinas em questão são:

- As UTEs Guarani, Apoena e Curumim da SFE.

A GPE está realizando esforços para firmar novos contratos de venda de energia para as UTEs da SFE, mas não há garantia de que esses contratos serão concluídos com sucesso no curto prazo. As UTEs da CEP e CEC já estão com novos contratos assinados para venda de energia por quinze anos iniciado a partir de outubro de 2025.

As usinas termelétricas com contrato estiveram disponíveis conforme os padrões contratuais estabelecidos.

- As UTEs Global I e Global II da CEC não foram requisitadas pelo ONS no período de 2025;
- As UTEs Potiguar e Potiguar III da CEP não foram requisitadas pelo ONS no período de 2025;
- A UTE Manauara assegurou uma potência média de 61,8 MW (61,8 MW, em 2024) às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, em operação contínua, superando a disponibilidade contratual (60 MW), gerando e injetando no sistema 206.174 MWh (542.836 MWh, em 2024), considerando o encerramento do contrato em maio de 2025.

Contratada para o fornecimento exclusivo de energia firme à Eletronorte por vinte anos, no fim do contrato 19 de maio de 2025, os bens e instalações da UTE foram revertidos e passaram a integrar o patrimônio da Eletronorte, sem qualquer indenização. Em razão das obrigações e direitos estabelecidos no contrato, que, dentre outras condições, representa a transferência de riscos e benefícios relevantes, esta operação caracterizava-se como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

- As PCHs Água Limpa e Areia injetaram no sistema 137.581 MWh (140.736 MWh, em 2024), decréscimo em razão da significativa redução da energia natural afluyente.

As autorizações das PCHs para atuarem como Produtores Independentes de Energia (PIE) podem ser prorrogadas a pedido das Companhias. Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União ou poderá ser exigido que restabeleçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 2025, o Plano de Segurança de Barragem (PSB) da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, responsável pela elaboração do Relatório de Inspeção Regular (ISR). O empreendimento foi classificado como estando em conformidade com os padrões normativos aplicáveis. A Geometrisa também realizou a atualização do Plano de Segurança de Barragem (PSB) e do Plano de Ação de Emergência (PAE).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2025, apresentaram-se adequados aos requisitos dos contratos de financiamentos das empresas, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamentos no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2025, comparativamente ao de 2024, está influenciado por:

Controlada CEA

Informações sobre o Investimento e Captação de Recursos

Durante o exercício, a Companhia realizou um significativo esforço de investimento para a construção e desenvolvimento de sua infraestrutura, com foco na preparação para o início de suas operações. O montante total de investimento realizado até a data das demonstrações financeiras é de R\$ 1,022 bilhão (em 2024, R\$ 399,842 milhões), que foi alocado nas seguintes áreas:

- **Infraestrutura Física e Construção:** R\$ 420.510 milhões (em 2024, R\$ 170,360 milhões), destinados à construção das instalações da Companhia, incluindo e adequação de terrenos e instalações necessárias para abrigar as operações da companhia.
- **Aquisição de Equipamentos e Tecnologia:** R\$ 601.181 milhões (em 2024, R\$ 229,482 milhões), usados para adiantamentos a fornecedores na compra de equipamentos essenciais para o funcionamento da companhia, incluindo a unidade turbogeradora a vapor.

A empresa obteve recursos no mercado, por meio do Banco do Brasil S.A. (agente operador do Fundo de Desenvolvimento Amazonas (FDA)), com valor total contratado de R\$ 499.811.000, conforme descrito no Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 343.401.674 e por meio do Banco da Amazônia (BASA) via Programa do FNO Amazônia Infraestrutura, com valor total contratado de R\$ 500.000.000, conforme descrito na Cédula de Crédito Bancário nº 24/0008-7, os quais têm sido utilizados para financiar as etapas de construção e garantir a continuidade do projeto.

Nos exercícios de 2024 e 2025, a Companhia realizou duas captações de recursos: a primeira proveniente do FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, com repasse operacionalizado pelo Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, e concedida sob a supervisão do órgão regulador SUDAM. O referido financiamento foi formalizado por meio do Contrato de Abertura de Crédito Fixo Nº 343.401.674, que estabelece as condições de remuneração, carência e amortização dos valores concedidos, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis à operação; a segunda captação foi de recursos provenientes do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, com repasse operacionalizado pelo BASA. O referido financiamento foi formalizado por meio do Cédula de Crédito Bancário - CCB Nº 084-24/0008-7, que estabelece as condições de remuneração, carência e amortização dos valores concedidos, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis à operação.

Relatório da Administração 2025

Data	Captação		Aplicação		Saldo
	Recurso	Valor	2024	2025	
15/07/2024	FNO	163.731	163.731	-	-
27/08/2024	FNO	252.906	103.693	149.213	-
25/10/2024	FDA	161.372	123.177	38.195	-
15/05/2025	FDA	166.388	-	166.388	-
15/10/2025	FNO	83.363	-	83.363	-
12/11/2025	FDA	172.051	-	139.985	32.066
		<u>999.811</u>	<u>390.601</u>	<u>577.144</u>	<u>32.066</u>

As aplicações abrangeram aquisição de máquinas e equipamentos, construção civil, estudos e projetos.

Em atenção à Resolução SUDAM n.º 82, Artigo 25, parágrafo 1.º, segue abaixo resumo da segregação da aplicação dos recursos do FDA e das demais fontes. Os valores aplicados foram registrados contabilmente nas contas patrimoniais adequadas, com os seguintes saldos apurados em 31 de dezembro de 2025:

Classificação	FDA	FNO	TOTAL
Máquinas Equipamento e Aparelhos	246.857	315.865	562.722
Construção Civil	113.130	108.165	221.295
Estudos, Projetos e Outros	107.758	75.970	183.728
	<u>467.745</u>	<u>500.000</u>	<u>967.745</u>

Relatório da Administração 2025

Em atenção à Resolução SUDAM n.º 82, Artigo 25, parágrafo 1.º, segue abaixo resumo da segregação da aplicação dos recursos do FDA e das demais fontes. Os valores aplicados foram registrados contabilmente nas contas patrimoniais adequadas, com os seguintes saldos apurados em 31 de dezembro de 2025:

Natureza	DESCRIÇÃO DOS PACOTES	Caixa			TOTAL CAIXA	Competência Saldo Contábil
		Ativo imobilizado adquirido através do FDA Sudam	Ativo imobilizado adquirido através do FNO BASA	Ativo imobilizado adquirido através de RECURSOS PRÓPRIOS		
Imobilizado em Curso						
	Pacote 1 - EPCm CEA	14.128.689	32.851.743	-	46.980.432	22.966.322
	Pacote 2 - EPC-M Projetista	10.078.135	23.648.202	-	33.726.337	34.907.659
	Pacote 3.3 - Serviços Preliminares - Topografia e Estudos Geotécnicos	-	463.641	-	463.641	483.685
	Pacote 4 - Terraplenagem	552.846	585.744	-	1.138.590	1.138.590
	Pacote 5 - Montagem Eletromecânica	57.364.396	3.048.907	-	60.413.303	65.084.641
	Pacote 9 - Torre de Resfriamento	558	-	-	558	558
	Pacote 22 - Castelo D'Água	-	40.400	-	40.400	40.400
	Pacote 24 - Vasos de Pressão	933	-	-	933	933
	Pacote 25 - Laboratório - mobiliário	78.817	-	-	78.817	17.592
	Pacote 32 - Canteiro de Obra	331.445	132.822	60.000	524.268	524.268
	Pacote 33 - Sistema de Tratamento de Efluente Sanitário	90.344	-	-	90.344	90.344
	Pacote 35 - Serviço de Comissionamento de BOP e Power Train	-	-	-	-	1.105.232
	Pacote 37 - Frete + despesas alfandegárias - Bombas de água de alimentação de Alta Pressão	104.047	-	-	104.047	9.186
	Pacote 38 - Linha de Transmissão Memorial Descr. p/ Contratação da Eng.	40.000	298.706	-	338.706	338.706
	Pacote 39 - Subestação Memorial Descr. p/ Contratação da Eng.	-	2.618.586	-	2.618.586	1.160.663
	Pacote 40 - Linha de Transmissão Montagem	5.396.720	15.373	-	5.412.093	5.412.093
	Pacote 41 - Subestação Montagem	358.455	338.299	-	696.754	696.754
	Pacote 42 - Materiais Elétricos - Cabos de Força e Controle	994.386	-	-	994.386	994.386
	Pacote 43 - Materiais Elétricos - 1 Leitões Para Cabos	127.976	-	-	127.976	127.976
	Pacote 44 - Materiais Elétricos 2	1.492	-	-	1.492	1.492
	Pacote 45 - Materiais Elétricos - Cabos de Cobre Nu	9.654	-	-	9.654	9.654
	Pacote 46 - Materiais Elétricos - Postes e Acessórios	1.765	-	-	1.765	1.765
	Pacote 47 - Materiais Elétricos - Caixas, Condutetes, Interruptores, Tomadas	14.520	-	-	14.520	14.520
	Pacote 48 - Materiais Elétricos - Materiais de Iluminação	61.762	-	-	61.762	61.762
	Pacote 49 - Materiais Elétricos - Eletrodutos Rígidos e Acessórios	25.649	-	-	25.649	25.649
	Pacote 50 - Materiais Elétricos - Eletrodutos Flexíveis e Acessórios	1.178	-	-	1.178	1.178
	Pacote 53 - Fornecimento de Equipamentos, Montagem e Comissionamento	-	1.678	-	1.678	1.678
	Pacote 54 - Transformador Elevador	16	-	-	16	16
	Pacote 56 - Barramento blindado de fases isoladas	100	-	-	100	100
	Pacote 58 - Transformadores de Serviços Auxiliares 13,8/4,16 KV	11.167	-	-	11.167	11.167
	Pacote 61 - Centros de distribuição e centros de controle de motores 480 vca	494	-	-	494	494
	Pacote 65 - Transformadores de Iluminação e Serviços Diversos - 460-220/127V. 300KVA	-	50	-	50	50
	Pacote 70 - Materiais - Cabos e Multicabos	250	-	-	250	250
	Pacote 71 - Serviços de Diligenciamiento e Inspeção Internacional	-	14.121	-	14.121	14.121
	Pacote 72 - Materiais - Prensa Cabos	773	-	-	773	773
	Pacote 75 - Sistema de Amostragem	714	2.533	-	3.247	3.247
	Pacote 80 - Control System (DCS) - Supervisório Emerson	306.425	-	-	306.425	306.425
	Pacote 81 - Materiais - Eletrodutos Rígido e Acessórios	9.066	-	-	9.066	9.066
	Pacote 82 - Materiais - Tubing e Conexões Processos	1.256	95.405	-	96.661	96.661
	Pacote 83 - Construção Civil + Arquitetura	385.741	291.438	-	677.180	677.180
	Pacote 84 - Estrutura Metálica	2.188	543.662	-	545.850	545.850
	Pacote 86 - Suportes de Mola	36.264	-	-	36.264	36.264
	Pacote 87 - Tubulação - Aço Liga - Tubos	1.476	-	-	1.476	1.476
	Pacote 91 - Itens Especiais	864	-	-	864	864
	Pacote 98 - Serviços de Perfuração de Poços	52.372	2.681	681	55.735	55.735
	Pacote 101 - Mobilização do O&M	8.574	-	-	8.574	21.920
	Pacote 102.1 - SPE CEA - Salários, encargos e benefícios	282.103	1.165.914	7.820.076	9.268.093	-
	Pacote 102.3 - Despesas da SPE - Outras Despesas	56.674	280.731	43.421.838	43.759.243	54.212.483
	Pacote 104 - Meio Ambiente e Fundiário	1.738.510	5.822.498	297.632	7.858.640	6.725.615
	Pacote 105 - Seguros da Obra (Resp. Civil e Risco Eng.)	1.218.135	3.603.116	179.373	5.000.624	2.520.391
	Pacote 109 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - turbina a gás	618.408	-	-	618.408	618.408
	Pacote 110 - Frete + despesas alfandegárias - turbina a vapor	40.320	-	-	40.320	40.320
	Pacote 111 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - Heat Recovery Steam Generator (HRSG)	12.096.758	-	-	12.096.758	12.096.758
	Pacote 112 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - torre de resfriamento	10.179	-	-	10.179	10.179
	Pacote 117 - Instrumentos - Temperatura - Termômetros Bimetálicos	6	-	-	6	6
	Pacote 123 - Tubulação - Aço Liga - Conexões - Tubos	3.033	-	-	3.033	3.033
	Pacote 124 - Tubulação - Aço Carbono - Conexões - Tubos	37.674	-	-	37.674	37.674
	Pacote 125 - Materiais de Tubulação - Tubulação - Aço Inox - Tubos	14.701	-	-	14.701	14.701
	Pacote 126 - Materiais de Tubulação - Tubulação	5.948	-	-	5.948	5.948
	Pacote 128 - Materiais de Tubulação - Tubulação - PEAD - Tubos	1.782	-	-	1.782	1.782
	Pacote 129 - Materiais de Tubulação - Tubulação - PRFV - Tubos	443.722	-	-	443.722	443.722
	Pacote 132 - Materiais de Tubulação - Válvulas Esfera - Tubos	50	-	-	50	50
	Pacote 135 - Materiais de Tubulação - Juntas de Vedação - Tubos	2.395	-	-	2.395	2.395
	Pacote 136 - Materiais de Tubulação - Parafusos - Tubos	2.422	-	-	2.422	2.422
	Pacote 138 - Materiais de Tubulação - Incêndio - Tubos	45.454	-	-	45.454	45.454
	Pacote 139 - Custos do Proprietário - Custos CCI Amazonas Energia	-	83.056	-	83.056	83.056
	Pacote 141 - Válvulas de Alívio e Segurança	454	-	-	454	454
	Pacote 147 - Construção Civil - Reforço dos taludes - Solo Grampeado	2.521	-	-	2.521	2.521
	Pacote 150 - Rede de Distribuição Provisória - Obra	225.038	-	-	225.038	225.038
	Pacote 151 - Bomba do Poço	110.022	11.125	-	121.147	121.147
	Pacote 153 - Chuveiro e Lava-Olhos	24.150	3.649	-	27.799	27.799
	Pacote 154 - Purgador	6.220	1.043	-	7.263	7.263
	Pacote 161 - Válvula Diafragma	-	4.601	-	4.601	4.601
	Pacote 163 - Tubulação - Aço - Spools	189.366	-	-	189.366	189.366
	TOTAL ESTUDOS E PROJETOS	107.757.550	75.969.727	51.779.601	235.506.878	214.441.932

Pacote 1 - EPCm CEA	64.806	204.295	406.912	676.013	676.013
Pacote 4 - Terraplenagem	8.166.564	21.191.043	140.416	29.498.023	30.308.723
Pacote 5- Montagem Eletromecânica	643.654	2.128.583	-	2.772.237	2.772.237
Pacote 9 - Torre de Resfriamento	43.846	-	-	43.846	43.846
Pacote 18 - Tanques	25.098	-	-	25.098	25.098
Pacote 22- Castelo D'Água	161.600	230	-	161.830	161.830
Pacote 26- Pontes Rolantes	-	114.000	-	114.000	114.000
Pacote 30 - Tubulação - Aço Carbono - Tubos	1.177.586	602.695	-	1.780.281	1.785.978
Pacote 31- Disjuntor de gerador	295	-	-	295	295
Pacote 32- Canteiro de Obra	1.354.445	2.645.511	66.000	4.065.957	4.305.840
Pacote 33 - Sistema de Tratamento de Efluente Sanitário	6.391	-	-	6.391	6.391
Pacote 34 - Serviço de Pré Fabricação de Spool	-	544.473	-	544.473	53.460
Pacote 36- Resistores de Aterramento 2400V	63.804	-	-	63.804	61.304
Pacote 40 - Linha de Transmissão Montagem	5.623.530	3.789.092	-	9.412.622	11.801.012
Pacote 41 - Subestação Montagem	697.192	3.503.964	-	4.201.156	4.201.156
Pacote 42- Materiais Elétricos - Cabos de Força e Controle	6.579.551	3.800	-	6.583.351	6.583.396
Pacote 43 - Materiais Elétricos - 1 Leitões Para Cabos	67.311	807.745	-	875.056	875.056
Pacote 44 - Materiais Elétricos 2	13.487	82.540	-	96.027	17.168
Pacote 45- Materiais Elétricos - Cabos de Cobre Nu	1.272.325	-	-	1.272.325	109.701
Pacote 46- Materiais Elétricos - Postes e Acessórios	100.053	-	-	100.053	100.053
Pacote 47- Materiais Elétricos - Caixas, Condutetes, Interruptores, Tomadas	154.900	1.080	-	155.979	155.980
Pacote 48- Materiais Elétricos - Materiais de Iluminação	432.879	266.046	-	698.925	698.925
Pacote 49- Materiais Elétricos - Eletrodutos Rígidos e Acessórios	111.749	202.511	-	314.260	336.650
Pacote 50- Materiais Elétricos - Eletrodutos Flexíveis e Acessórios	13.387	-	-	13.387	13.387
Pacote 51- Poste de Selagem	-	-	-	-	130.000
Pacote 53- Fornecimento de Equipamentos, Montagem e Comissionamento	416.610	49.997	-	466.607	783.518
Pacote 56 - Barramento blindado de fases isoladas	17.253	460	-	17.713	17.713
Pacote 58- Transformadores de Serviços Auxiliares 13,8/4,16 KV	121.434	-	-	121.434	121.434
Pacote 62 - Sistema de corrente contínua	-	333	-	333	333
Pacote 65 -Transformadores de Iluminação e Serviços Diversos - 460-220/127V. 300KVA	-	50	-	50	50
Pacote 70- Materiais - Cabos e Multicabos	-	2.670	-	2.670	2.670
Pacote 72- Materiais - Prensa Cabos	5.119	26.000	-	31.119	31.119
Pacote 78 - GRMS	-	690	-	690	690
Pacote 81- Materiais - Eletrodutos Rígido e Acessórios	60.000	976	-	60.976	60.976
Pacote 82- Materiais - Tubing e Conexões Processos	135.834	434.557	-	570.391	351.422
Pacote 83- Construção Civil + Arquitetura	67.075.153	46.889.348	-	113.964.500	124.512.885
Pacote 84- Estrutura Metálica	5.326.432	456.168	-	5.782.600	8.105.666
Pacote 85- Tubulação - Aço Carbono Revestido	331.500	131.881	-	463.381	463.381
Pacote 86- Suportes de Mola	240.000	-	-	240.000	250.484
Pacote 87 - Tubulação - Aço Liga - Tubos	726.807	56.456	-	783.263	304.067
Pacote 91- Itens Especiais	-	6.420	-	6.420	5.769
Pacote 97- Instrumentos de Pressão	99.959	-	-	99.959	78.376
Pacote 98- Serviços de Perfuração de Poços	489.809	2.198.632	218.205	2.906.646	3.096.625
Pacote 99- Sobressalentes (Ilha de Potência + BOP)	-	-	-	-	4.762
Pacote 104- Meio Ambiente e Fundiário	9.535	932.734	1.109.213	2.051.481	2.051.481
Pacote 107 - Execução de Estacas	-	8.006.496	-	8.006.496	8.224.287
Pacote 108 - Materiais Instrumentação - Bandejas E Leitões	-	544.139	-	544.139	544.139
Pacote 117 - Instrumentos - Temperatura - Termômetros Bimetálicos	-	-	-	-	26.884
Pacote 121 - Laboratórios Instrumentos	608	-	-	608	608
Pacote 123 - Tubulação - Aço Liga - Conexões - Tubos	552.667	62.366	-	615.033	615.033
Pacote 124 - Tubulação - Aço Carbono - Conexões - Tubos	253.559	3.174.990	-	3.428.549	718.859
Pacote 125 - Materiais de Tubulação - Tubulação - Aço Inox - Tubos	336.915	253.150	-	590.065	590.065
Pacote 126 - Materiais de Tubulação - Tubulação	-	292.870	-	292.870	375.090
Pacote 128 - Materiais de Tubulação - Tubulação - PEAD - Tubos	570.647	199.002	-	769.650	746.333
Pacote 129 - Materiais de Tubulação - Tubulação - PRFV - Tubos	1.047.778	295.616	-	1.343.395	1.395.457
Pacote 131 - Válvulas Borboleta - Tubos	38.508	-	-	38.508	38.508
Pacote 132 - Materiais de Tubulação - Válvulas Esfera - Tubos	307.594	529	-	308.123	308.123
Pacote 135 - Materiais de Tubulação - Juntas de Vedação - Tubos	75.422	9.649	-	85.072	85.072
Pacote 136 - Materiais de Tubulação - Parafusos - Tubos	16.028	293.413	-	309.441	309.441
Pacote 137 - Materiais de Tubulação - Miscelâneas - Tubos	-	130.009	-	130.009	130.009
Pacote 138 - Materiais de Tubulação - Incêndio - Tubos	345.783	-	-	345.783	345.783
Pacote 145 - Instrumentos - Válvulas Automáticas de Controle de Recirculação	20.140	-	-	20.140	20.140
Pacote 147 - Construção Civil - Reforço dos taludes - Solo Grampeado	5.661.361	4.853.431	-	10.514.792	11.345.222
Pacote 148 - Construção Civil - Reforço dos taludes - Solo Envolopado	-	1.263.611	-	1.263.611	1.200.421
Pacote 150 - Rede de Distribuição Provisória - Obra	417.892	733.754	-	1.151.646	1.549.013
Pacote 151 - Bomba do Poço	117.913	285.851	-	403.765	359.737
Pacote 153 - Chuveiro e Lava-Olhos	-	283	-	283	283
Pacote 155 - Separador de Umidade	-	-	-	-	28.531
Pacote 156 - Requisição de Itens Especiais - FLAP	-	487	-	487	487
Pacote 162 - Tubulação - Aço Carbono Revestido	67.366	412.239	-	479.605	479.605
Pacote 163 - Tubulação - Aço - Spools	1.470.004	78.000	-	1.548.004	2.559.001
TOTAL CONSTRUÇÃO CIVIL	113.130.084	108.164.864	1.940.746	223.235.694	237.577.049

Pacote 1 - EPCm CEA	834.426	170.682	-	1.005.108	-
Pacote 4- Terraplenagem	-	4.984	-	4.984	4.984
Pacote 5- Montagem Eletromecânica	22.974.976	5.000	-	22.979.976	22.979.976
Pacote 6 - Equipamentos Siemens	128.875.991	164.806.867	226.978	293.909.836	289.159.751
Pacote 7 - Heat Recovery Steam Generator (HRSG)	36.309.163	36.721.829	-	73.030.992	72.554.440
Pacote 8 - Bombas de água de alimentação de alta pressão	1.731.614	575.646	-	2.307.259	2.310.578
Pacote 9 - Torre de Resfriamento	2.787.472	1.710.787	-	4.498.259	4.492.317
Pacote 11- Sistema de Desmineração, Tratamento de Água	5.557.513	11.799.068	-	17.356.580	20.225.291
Pacote 12- Sistema de Suprimento de N2,H	-	1.141.469	-	1.141.469	1.141.469
Pacote 13- Sistema de Ar Comprimido	-	1.234.810	-	1.234.810	1.304.379
Pacote 14- Sistema de dosagem química	251.332	1.598.824	-	1.850.156	1.825.877
Pacote 15- Bombas Centrifugas Gerais	1.085.717	852.393	-	1.938.110	2.132.846
Pacote 16 - Bombas de combate a incêndio	494.736	722.887	-	1.217.624	1.501.012
Pacote 17- Trocadores de Calor de Placa	367.500	122.500	-	490.000	490.000
Pacote 18 - Tanques	2.781.474	6.114.712	-	8.896.186	9.419.208
Pacote 19 - Bombas de Circulação das Torres de Resfriamento	1.621.064	601.448	-	2.222.513	2.409.387
Pacote 20- Filtros	620.000	-	-	620.000	620.000
Pacote 22- Castelo D'Água	-	30.609	-	30.609	30.605
Pacote 24 - Vasos de Pressão	640.000	221.778	-	861.778	890.265
Pacote 26- Pontes Rolantes	342.000	180.447	-	522.447	636.447
Pacote 28- Sistema de HVAC	507.942	2.478.768	-	2.986.710	3.101.003
Pacote 31 - Disjuntor de gerador	-	5.497.434	-	5.497.434	5.983.397
Pacote 32- Canteiro de Obra	10.254	1.900	-	12.154	12.154
Pacote 33 - Sistema de Tratamento de Efluente Sanitário	286.131	80.000	-	366.131	367.487
Pacote 39- Subestação Memorial Descr. p/ Contratação da Eng.	-	62.179	-	62.179	62.179
Pacote 40 - Linha de Transmissão Montagem	1.092.591	908.855	-	2.001.446	2.001.446
Pacote 41 - Subestação Montagem	18.028.661	10.019.538	-	28.048.199	30.403.838
Pacote 42- Materiais Elétricos - Cabos de Força e Controle	343.783	-	-	343.783	343.783
Pacote 53- Fornecimento de Equipamentos, Montagem e Comissionamento	144.006	134.002	-	278.008	278.008
Pacote 54- Transformador Elevador	3.259.871	9.471.452	-	12.731.323	13.148.141
Pacote 55- Painéis de Proteção dos Transformadores Elevadores e Auxiliares	-	108.588	-	108.588	1.334
Pacote 56 - Barramento blindado de fases isoladas	2.279.500	1.317.902	-	3.597.402	4.841.748
Pacote 57 - Barramento blindado de fases não segregadas	-	358.252	-	358.252	358.252
Pacote 58- Transformadores de Serviços Auxiliares 13,8/4,16 KV	307.127	259.264	-	566.391	750.780
Pacote 59 - Cubículos blindados 4,16kv	58.794	2.424.646	-	2.483.440	2.711.111
Pacote 60 - Transformadores de serviços auxiliares do tipo seco, 4160 - 480v, 1600kva	94.200	1.047.862	-	1.142.062	1.147.390
Pacote 61 - Centros de distribuição e centros de controle de motores 480 vca	2.011.722	3.751.554	-	5.763.277	5.765.269
Pacote 62 - Sistema de corrente contínua	1.048.212	257.430	-	1.305.643	1.305.643
Pacote 63 - Inversor + UPS	801.800	42.250	-	844.050	844.050
Pacote 64 - Grupo gerador diesel	-	1.551.165	-	1.551.165	1.675.137
Pacote 65 - Transformadores de Iluminação e Serviços Diversos - 460-220/127V. 300KVA	-	206.500	-	206.500	206.500
Pacote 66- Quadros de Serviços Auxiliares de Baixa Tensão	898.463	-	-	898.463	1.073.270
Pacote 67- Sistema de Proteção Catódica	-	112.845	-	112.845	136.802
Pacote 68- Automação de Equipamentos Elétricos	-	258.460	-	258.460	258.460
Pacote 70- Materiais - Cabos e Multicabos	999.154	-	-	999.154	999.154
Pacote 71 - Serviços de Diligenciamento e Inspeção Internacional	61.591	617.085	-	678.676	953.540
Pacote 75 - Sistema de Amostragem	1.326.675	714.765	-	2.041.440	2.121.481
Pacote 76 - Condicionamento de Vapor de Turbina e Válvula By-Pass	116.944	2.096.072	-	2.213.016	2.287.943
Pacote 77 - CEMS	840.264	1.345.531	-	2.185.795	2.482.022
Pacote 78 - GRMS	3.556.800	5.538.189	-	9.094.989	10.173.051
Pacote 79- SDAI	-	207.883	-	207.883	977.060
Pacote 80 - Control System (DCS) - Supervisório Emerson	157.196	2.053.011	-	2.210.206	2.307.961
Pacote 81- Materiais - Eletrodutos Rígido e Acessórios	-	408.000	-	408.000	408.000
Pacote 82- Materiais - Tubing e Conexões Processos	5.944	-	-	5.944	5.944
Pacote 84- Estrutura Metálica	473.102	136.616	-	609.718	609.718
Pacote 86- Suportes de Mola	-	947	-	947	947
Pacote 87 - Tubulação - Aço Liga - Tubos	-	580	-	580	580
Pacote 90- Junta de Expansão de Borracha	63.512	420.501	-	484.013	484.013
Pacote 91- Itens Especiais	-	33.280	-	33.280	-
Pacote 92- Válvulas de Controle	-	83.012	-	83.012	155.835
Pacote 93- Analisadores	-	26.000	-	26.000	26.000
Pacote 95- Temperatura - Transmissores de Temperatura	-	180.925	-	180.925	189.626
Pacote 98- Serviços de Perfuração de Poços	4.041	-	-	4.041	4.041
Pacote 105- Seguros da Obra (Resp. Civil e Risco Eng.)	-	242.529	-	242.529	242.529
Pacote 108 - Materiais Instrumentação - Bandejas E Leitões	-	91.941	-	91.941	91.941
Pacote 109 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - turbina a gás	9.335	12.721.671	-	12.731.006	13.024.342
Pacote 110 - Frete + despesas alfandegárias - turbina a vapor	9.665	2.906.759	-	2.916.424	2.909.983
Pacote 111 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - Heat Recovery Steam Generator (HRSG)	-	7.389.448	-	7.389.448	7.533.287
Pacote 112 - Equipamentos Mecânicos - Frete + despesas alfandegárias - torre de resfriamento	-	1.142.581	-	1.142.581	1.137.192
Pacote 113 - Instrumentos - Vazão	-	5.640	-	5.640	5.640
Pacote 114 - Instrumentos - Nível - Transmissor de Nível Radar	-	136.197	-	136.197	127.546
Pacote 115 - Nível - Visor de Nível Tipo Magnético	-	14.003	-	14.003	14.003
Pacote 116 - Nível - Transmissores de Nível Pressão Diferencial	-	130.630	-	130.630	130.630
Pacote 118 - Sensores de Temperaturas e Poços	-	83.858	-	83.858	88.162
Pacote 119 - Instrumentos - Vazão - Placas de Orifício e Orifícios de Restrição	-	449	-	449	165.375
Pacote 122 - Pressão - Transmissores de Pressão e Pressão Diferencial	-	236.282	-	236.282	233.222
Pacote 123 - Tubulação - Aço Liga - Conexões - Tubos	50	-	-	50	491.682
Pacote 124 - Tubulação - Aço Carbono - Conexões - Tubos	7.687	-	-	7.687	7.687
Pacote 127 - Laboratório Vidraria	1.000	-	-	1.000	35.665
Pacote 129 - Materiais de Tubulação - Tubulação - PRFV - Tubos	21.029	-	-	21.029	21.029
Pacote 130 - Válvulas Gaveta / Globo / Retenção - Tubos	-	2.114.644	-	2.114.644	2.111.708
Pacote 131 - Válvulas Borboleta - Tubos	-	100.295	-	100.295	176.326
Pacote 138 - Materiais de Tubulação - Incêndio - Tubos	9.896	-	-	9.896	9.896
Pacote 140 - Válvulas Auto Operada - PCV	-	37.860	-	37.860	39.850
Pacote 141 - Válvulas de Alívio e Segurança	60.809	101.654	-	162.463	171.012
Pacote 142 - Válvulas de Shut Down	-	63.964	-	63.964	-
Pacote 143 - Válvulas Pneumáticas On-Off	-	1.079.990	-	1.079.990	938.140
Pacote 144 - Válvulas Motorizadas Atuadas	485.600	1.884.659	-	2.370.259	2.428.925
Pacote 145 - Instrumentos - Válvulas Automáticas de Controle de Recirculação	-	453.940	-	453.940	453.940
Pacote 146 - VMS - Sistema de Monitoramento de Vibração	82.008	1.060.223	-	1.142.231	820.572
Pacote 151 - Bomba do Poço	17.884	597.933	-	615.816	615.816
Pacote 152 - Absorvedor de CO2	-	52.989	-	52.989	61.234
Pacote 153 - Chuveiro e Lava-Olhos	-	1.875	-	1.875	1.875
Pacote 154 - Purgador	350	-	-	350	350
Pacote 156 - Requisição de Itens Especiais - FLAP	-	3.500	-	3.500	3.500
Pacote 157 - Válvula Ventosa	98.615	260	-	98.875	98.875
Pacote 158 - Válvula de Retenção de Fechamento Rápido	-	184.760	-	184.760	184.760
Pacote 160 - Vazão - Transmissor de vazão tipo pressão diferencial	-	164.389	-	164.389	173.040
Pacote 161 - Válvula Diafragma	-	30.500	-	30.500	30.500
Pacote 163 - Tubulação - Aço - Spools	300	-	-	300	300
TOTAL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	246.857.487	315.865.409	226.978	562.949.874	569.673.465
Total Geral	467.745.121	500.000.000	53.947.325	1.021.692.446	1.021.692.446

Natureza	DESCRIÇÃO DOS PACOTES	Caixa			TOTAL CAIXA	Competência Saldo Contábil
		Ativo imobilizado adquirido através do FDA Sudam	Ativo imobilizado adquirido através do FNO BASA	Ativo imobilizado adquirido através de RECURSOS PRÓPRIOS		
Imobilizado em Curso						

Controlada CEC

- Receitas de janeiro a fevereiro de 2025: entre janeiro e fevereiro de 2025, a Companhia continuou a auferir receitas relacionadas aos 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) vigente até 13 de fevereiro;
- Período sem contrato - março a setembro de 2025: no período de março a setembro de 2025, não havia contrato vigente que permitisse o reconhecimento de receita operacional. Não obstante, a Companhia executou um conjunto de atividades preparatórias e manutenções necessárias para o atendimento ao novo ciclo contratual;
- Novo contrato - vigência a partir de outubro de 2025 até 2041: em outubro de 2025 teve início o contrato de reserva de capacidade com vigência até 2041. O contrato garante receita fixa mensal: a energia efetivamente gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no MCP ao preço atualizado do CVU.

Controlada CEP

- Período sem contrato - janeiro de 2024 a setembro de 2025: no período de janeiro/2024 a setembro de 2025, não havia contrato vigente que viabilizasse a geração de energia e de receita operacional. Não obstante, a Companhia executou um conjunto de atividades preparatórias e manutenções necessárias para o atendimento ao novo ciclo contratual.
- Novo contrato - vigência a partir de outubro de 2025 até junho de 2041: em 1.º de outubro de 2025 teve início o contrato de reserva de capacidade com vigência até 2041. Contrato que garante receita fixa mensal e a energia efetivamente gerada é liquidada no MCP ao preço atualizado do CVU.

Controlada CEM

- Período operacional (até 19 de maio de 2025): A usina manteve operação regular, seguindo os parâmetros contratuais previamente estabelecidos;
- Período pós-operação (a partir de 20 de maio de 2025): Inexistência das receitas operacionais, em razão da descontinuação das atividades de geração;

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 311.142 mil (R\$ 525.066 mil em 2024). Redução de 40,7%, explicada principalmente pelos fatores acima.

Custos e despesas operacionais: R\$ 280.295 mil (R\$ 348.494 mil, em 2024). Registrando uma redução de 19,6% em relação a 2024.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização - medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa): R\$ 78.137 mil (R\$ 221.841 mil em 2024), apresentando uma redução de 64,8%.

Lucro / Prejuízo Operacional: lucro de R\$ 40.016 mil (lucro de R\$ 221.841 mil em 2024), registrando redução de 64,8%.

Lucro Líquido do Exercício: R\$ 105.627 mil (R\$ 242.518 mil, em 2024), com redução de 56,4%.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 364.247 mil (R\$ 580.879 mil em 2024), uma redução de 37,3% em relação a 2024.

Contas a Receber: R\$ 35.195 mil (R\$ 86.703 mil em 2024), variação negativa de 59,4%.

Capital de Giro: o Capital Circulante Líquido, R\$ 274.617 mil (R\$ 814.954 mil, em 2024), apresentou uma redução de 66,3%.

Endividamento Consolidado: a dívida financeira líquida (financiamentos e mútuos das empresas, líquidos dos depósitos vinculados) atingiu R\$ 1.004,747 bilhão (R\$ 559,763 milhões, em 2024). A evolução no endividamento líquido decorre da aquisição de empréstimos pela controlada CEA para a construção da UTE Manaus I.

Remuneração aos Acionistas (dividendos pagos pela controladora GPE): R\$ 192,924 milhões (R\$ 278.926 milhões, em 2024).

AGRADECIMENTOS

A Administração da GPE agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades vizinhas de suas empresas controladas pela confiança depositada no ano de 2025. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores, pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador (BA), 24 de abril de 2026.

Jones Aranha de Sá
Presidente do Conselho de Administração

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Global Participações em Energia S.A. (“Companhia” ou “GPE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2025:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- Companhia Energética Candeias (“CEC”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia. A Companhia detém autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) para atuar como Produtor Independente de Energia (PIE) e explorar as Unidades Termelétricas (UTE) Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW). Em dezembro de 2021, as UTEs venceram o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade (LRCE), contratando 252,684 MW de potência, com vigência de outubro de 2025 a junho de 2041.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Macaíba, Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., A Companhia detém autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) para atuar como Produtor Independente de Energia (PIE) e explorar as Usinas Termelétricas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW). Em dezembro de 2021, as UTEs venceram o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade (LRCE), contratando 99,6 MW de potência, com vigência de outubro de 2025 a junho de 2041.

- São Francisco Energia S.A. (“SFE”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoena, Guarani e Curumim, e detém autorização da Aneel, transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a SFE a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas Unidades Termoelétricas.
- Companhia Energética Amazonense (“CEA”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas, trata-se de uma SPE criada em função do 2.º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Energia (“LRCE”), realizado em 30/09/2022 e atualmente não possui atividade operacional. A UTE Manaus I dispõe do suprimento de gás local para o atendimento à sua geração e será instalada no município de Manaus, estado do Amazonas. Projetada para operar com duas turbinas a gás natural em ciclo combinado, com uma turbina a vapor e uma capacidade total instalada de aproximadamente 162,9MW.
- Companhia Energética Solimões (“CES”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, atualmente não possui atividade operacional, e aguarda participação em leilões futuros realizados pela Aneel.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2025:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas. Iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e era uma UTE com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade de contingência, nos termos Resolução Autorizativa Aneel n.º 608, de 13 de junho de 2006.
- Toda a energia gerada era destinada à Eletronorte, conforme o Contrato de Suprimento de Energia n.º 1.820/2005 (“Contrato”), assinado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Ao término do contrato, a usina seria incorporada ao patrimônio da Eletronorte. Em 25 de abril de 2025 foi assinado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento de Energia n.º 1820/2005, pelo qual foi realizada a cessão da posição contratual da Eletronorte para a J&F S.A. (J&F). Sendo assim, em 19 de maio de 2025 todos os bens e instalações da CEM foram revertidos e passaram a integrar o patrimônio da J&F.
- De acordo com as obrigações e direitos estipulados no contrato, a CEM era encarregada da operação e manutenção da usina, incluindo tanto as manutenções preventivas quanto corretivas. Além disso, era responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração de energia. Por sua vez, a Eletronorte assumia a responsabilidade pelo fornecimento do gás natural.

- A Eletronorte também era encarregada de operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e garantir a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. Essa operação era caracterizada como arrendamento, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, devido ao prazo do contrato abranger a maior parte da vida econômica do ativo e à transferência da propriedade da usina ao final do contrato, com prévia notificação à Aneel.
- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. Entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho Aneel n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Areia Energia S A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma PCH no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. Entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Para as PCHs, na ausência de prorrogação, os ativos e instalações associados à geração de energia elétrica serão transferidos para o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório. Alternativamente, pode ser requerido que a concessionária restaure, às suas próprias custas, o fluxo livre das águas. Para determinação do montante a ser indenizado, serão considerados os investimentos subsequentes aprovados e realizados, não contemplados no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme estipulado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel.

1.1 Mecanismo de Realocação de Energia

As controladas ARE e AGL optaram por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o que implica compartilhar o risco hidrológico com outras usinas do sistema. No entanto, devido à sua inscrição e contratação no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que por sua vez distribui os montantes relativos ao custo (se houver geração abaixo do contratado) ou receita (se houver geração acima do contratado) às empresas participantes. Essas controladas provisionam os valores mensalmente e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e ajustado nas faturas do ano subsequente.

1.2 Repactuação de Riscos Hidrológicos

- De acordo com a Medida Provisória nº 688, convertida na Lei n.º 13.203 em dezembro de 2015, foi estabelecida a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 2015.
- As controladas AGL e ARE optaram por aderir à repactuação do risco hidrológico em 2016, escolhendo transferir integralmente o risco hidrológico (“SP100”) ao consumidor, mediante pagamento de um prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia. Devido à adesão à repactuação em 2016, retroativa a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor (GSF) de 2015 e, simultaneamente, a contabilização do custo do prêmio desse ano.
- Desde 2016, devido à falta de cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as controladas AGL e ARE provisionaram o saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Embora a Eletrobras tenha o direito de descontar o custo do MRE original de 2015 nas faturas emitidas posteriormente, esse desconto só começou em 2019.
- O montante do GSF repactuado líquido do prêmio, considerando as provisões do MRE em 31 de dezembro de 2025, é positivo de R\$ 1.352 (R\$ 1.369 positivo em 2024) para a ARE e R\$ 144 negativa (R\$ 1.344 positivo em 2024) para a AGL. As retenções dos valores devidos começaram em 2019, e as controladas acompanham essas retenções com base na planilha de controle divulgada pela ENBPar.
- Em 2025, foram reconhecidos nos resultados das controladas os montantes de R\$ 1.316 (R\$ 1.260, 2024) para a ARE e R\$ 1.762 (R\$ 1.686 em 2024) para a AGL, referentes à provisão de receita do MRE de 2025, contabilizados líquidos da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

- Em julho de 2021, a Lei 14.182/2021 abordou a desestatização da Eletrobras e alterou a Lei 13.203/2015, permitindo a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015. Com base nesse novo marco legal, a CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 da ARE e de R\$ 5.565 da AGL. A Aneel homologou o cálculo da CCEE e o converteu em prazo de extensão de outorga (768 dias para a ARE e 754 dias para a AGL), para devida compensação, formalizado pela Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, as Controladas deveriam requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. Esses procedimentos foram realizados pelas Controladas em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à Aneel, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.
- Embora a Aneel tenha homologado o valor calculado pela CCEE, as Controladas solicitaram à agência o recálculo do correspondente prazo de extensão de outorga motivadas pela alteração do termo final da autorização pela Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 em fevereiro. O pedido de reconsideração foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. A nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com a consequente aprovação do novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.
- Assim, as Controladas reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo, considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel, observando os aspectos e condições previstas no CPC04 - Ativo Intangível.

1.3 Continuidade Operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração avalia a capacidade da Companhia de continuar operando e divulga, quando relevante, questões relacionadas à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a menos que haja intenção declarada de encerrar as operações e liquidar a Companhia e suas controladas.

A controlada indireta CEM manteve contrato de fornecimento exclusivo de energia firme (potência de 60 MW) para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), empresa que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmGT), sucessora da antiga Amazonas Energia (AME). O contrato, com vigência de vinte anos, foi encerrado conforme programado em 19 de maio de 2025. Ao término de sua validade, todos os bens e instalações da UTE seriam revertidos ao contratante, ou seja, passariam a integrar o patrimônio da Eletronorte, conforme previsto contratualmente. Em 25 de abril de 2025, foi assinado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento de Energia n.º 1820/2005, pelo qual foi realizada a cessão da posição contratual da Eletronorte para a J&F S.A. (J&F). Sendo assim, em 19 de maio de 2025 todos os bens e instalações da CEM foram revertidos e passaram a integrar o patrimônio da J&F.

Em 21 de dezembro de 2021, as controladas diretas, CEC e CEP venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade, no qual comercializaram 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. O contrato, no entanto, teve sua vigência antecipada e passou a iniciar em outubro de 2025.

Com base em sua análise, a Administração está convencida de que continuará as operações e investimentos necessários nas controladas (exceto CEM), como também seguirá com o desenvolvimento de negócios, como a UTE Manaus I na CEA, e a prospecção de novas oportunidades no setor energético.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 28 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

<u>Nota</u>	<u>Estimativas e julgamentos significativos</u>
14	Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado
14	Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3 Sumário das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora GPE, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Controlada CEA. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamentos

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador estava contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e conforme programado contratualmente, em 19 de maio de 2025 os bens foram transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber foi ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor, e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

Para as controladas AGL e ARE a depreciação acumulada é calculada substancialmente considerando o prazo de autorização como produtor independente.

Para as controladas CEC, CEP e SFE a depreciação acumulada é calculada com base nas com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 - ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 - Ativo Intangível. Este ativo está sendo amortizado à taxa de 4,08 % para ARE e 4,12% para AGL, ao ano, até 2045 e não foi afetado pelo recálculo do prazo de extensão. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistsências Governamentais.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM gozam de benefício fiscal para investimento na Região Norte/Nordeste (SUDAM/SUDENE) para geração de energia, o que corresponde a uma redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Esse benefício tem uma vigência inicial de dez anos a partir de 2007, sendo renovável por igual período. As mencionadas controladas renovaram esses benefícios por mais 10 anos. O valor do incentivo fiscal é reconhecido como receita no resultado durante o período necessário para compensar a despesa que o benefício fiscal visa compensar. Posteriormente, esse valor é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido das empresas.

Além disso, as controladas SFE, CEP, CEC e CEM utilizam o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim.

Benefício fiscal do ICMS

A controlada CEP se beneficia do incentivo fiscal do ICMS/RN, que consiste em uma redução progressiva da alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica. Esse benefício permite que a alíquota, que é inicialmente de 18%, seja reduzida para 12% ou 7%, dependendo do volume mensal consumido. Essa disposição está prevista no Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), sendo incluída por meio do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas SFE, CEP, CEC e CEM, que são tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e de 9% para a CSLL sobre o lucro tributável. Essas alíquotas levam em consideração a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nos exercícios de 2025 e 2024, as controladas AGL e ARE optaram pelo lucro presumido como forma de apuração tributária. Para essas controladas, as alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL, aplicáveis sobre a receita bruta. Sobre essas bases, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, e de 9% para a CSLL, conforme determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

As receitas financeiras incorridas no período também fazem parte da base de cálculo do IRPJ e da CSLL para essas controladas, sem margem para redução de lucro, sendo aplicadas diretamente as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, e de 9% para a CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

O tributo diferido das controladas SFE, CEP, CEC e CEA é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas controladas:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas PCHs

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado - ACR, sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras e cedidos para a ENBPar em junho de 2023 que, por sua vez, possui os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As controladas detêm uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e contabilizadas pelas controladas por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e ajustado nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a ENBPar, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela ENBPar (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para as termoelétricas

O contrato de reserva de capacidade foi firmado no ambiente de contratação regulado e livre no Brasil e está registrado na CCEE, responsável pela contabilidade e liquidação do SIN.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física da geração, ajustada proporcionalmente às perdas do sistema, conforme os dados fornecidos pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita ocorre com base nos valores a serem faturados, conforme metodologia e preços estabelecidos em contrato. Esses valores são ajustados conforme os montantes efetivamente gerados, sempre que aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE, que monitoram a exposição líquida das controladas (diferença entre vendas, geração e compras), resultando no balanço de energia, que credita ou debita diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada, geralmente utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base nesses mecanismos, os fluxos de receita das controladas são classificados em dois tipos:

- Receita com Venda da Potência Contratada (Obrigações de Desempenho ao Longo do Tempo): refere-se à parcela fixa do contrato, reconhecida por meio do Contrato de Disponibilidade da Usina. O valor da remuneração anual das controladas, apresentado na licitação, inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos;
- Receita com Venda de Energia (Obrigação de Desempenho em Ponto Específico do Tempo): refere-se à receita variável, oriunda da geração e entrega efetiva da energia. Toda a energia gerada é liquidada no MCP, pela CCEE.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente e pode ser mensurado de forma confiável. A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

As controladas avaliaram suas transações de receita conforme critérios específicos para determinar sua atuação como agente ou principal e concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos Certificados	trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos. A norma orienta sobre classificação como ativo intangível ou estoque, dependendo do modelo de negócio, critérios de mensuração inicial e subsequente e reconhecimento de passivos vinculados a compromissos ambientais.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa)	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa)	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, exceto pelo CPC 51, o qual a Administração da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 2025 as controladas CEC e CEP decidiram por corrigir retrospectivamente as vidas úteis e respectivas taxas de depreciação utilizadas para depreciar seu ativo imobilizado os quais estavam sendo apurados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para definição das taxas corrigidas foram consideradas aquelas que constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL limitado ao prazo de vigência do contrato de venda de energia (Contrato de Potência de Reserva de Capacidade - CRCAP) que ocorre em 2041. Em decorrência desses ajustes, os valores correspondentes estão sendo reapresentados de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico 23 / NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Abaixo demonstramos os impactos dessa reapresentação:

Balancos patrimoniais

ATIVOS	Controladora				Consolidado				Controladora				Consolidado					
	01/01/2024		Ajuste		01/01/2024		01/01/2024		Ajuste		31/12/2024		31/12/2024		Ajuste		31/12/2024	
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado	
Total dos ativos circulantes	42.308		42.308	476.108		476.108	57.071		57.071		822.300		822.300			822.300		822.300
Impostos diferidos	-		-	12.156	(12.156)	-	-		-		11.616	(11.616)	-		-		-	-
Investimentos	825.499	70.507	896.006	-		-	902.085	91.976	994.061		-		-		-		-	-
Imobilizado	-		-	548.695	120.033	668.728	-		-		84.753	156.582	971.335			971.335		971.335
Outros ativos não circulantes	11.599		11.599	126.247		126.247	2.419		2.419		82.060		82.060			82.060		82.060
Total dos ativos não circulantes	837.098		907.605	687.098		794.975	904.504		996.480		908.429		1.053.395			1.053.395		1.053.395
TOTAL DOS ATIVOS	879.406		949.913	1.163.206		1.271.083	961.575		1.053.551		1.730.729		1.875.695			1.875.695		1.875.695
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
Total dos ativos circulantes	118.097		118.097	257.651		257.651	80.887		80.887		153.613		153.613			153.613		153.613
Tributos diferidos	-		-	8.390	28.655	37.045	-		-		6.732	41.622	48.354			48.354		48.354
Outros passivos não circulantes	74.178		74.178	81.744		81.744	132.766		132.766		703.655		703.655			703.655		703.655
Total dos ativos não circulantes	74.178		74.178	90.134		118.789	132.766		132.766		710.387		752.009			752.009		752.009
TOTAL DOS PASSIVOS	192.275		192.275	347.785		376.440	213.653		213.653		864.000		905.622			905.622		905.622
PATRIMÔNIO LÍQUIDO																		
Capital social	306.320		306.320	306.320		306.320	380.498		380.498		380.498		380.498			380.498		380.498
Reservas de lucros	380.811	70.507	451.318	380.812	70.507	451.319	367.424	91.976	459.400	367.424	91.976	459.400			459.400			459.400
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	687.131		757.638	687.132		757.639	747.922		839.898	747.922		839.898			839.898			839.898
Participação de acionistas não controladores	-		-	128.289	8.715	137.004	-		-		118.807	11.368	130.175			130.175		130.175
Total do patrimônio líquido	687.131		757.638	815.421		894.643	747.922		839.898	866.729		970.073			970.073			970.073
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	879.406		949.913	1.163.206		1.271.083	961.575		1.053.551	1.730.729		1.875.695			1.875.695			1.875.695

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-		-	525.066		525.066
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	-		-	(312.098)	36.549	(275.549)
LUCRO BRUTO	-		-	212.968		249.517
Resultado de Equivalência Patrimonial	183.961	21.469	205.430			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(3.182)		(3.182)	(72.945)		(72.945)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.227		1.227	8.875		8.875
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	182.006		203.475	148.898		185.447
RESULTADO FINANCEIRO	213		213	100.903		100.903
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	182.219		203.688	249.801		286.350
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.069)		(4.069)	(64.199)		(64.199)
Imposto de renda e contribuição social correntes diferidos	-		-	1.375	(12.427)	(11.052)
Incentivo fiscal do imposto de renda	-		-	31.419		31.419
Total	(4.069)		(4.069)	(31.405)		(43.832)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	178.150	21.469	199.619	218.396	24.122	242.518
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE	7,780	0,940	8,720	9,538	1,053	10,591

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024		31/12/2024	31/12/2024		31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	178.150	21.469	199.619	218.396	24.122	242.518
Outros resultados abrangentes	-		-	-		-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	178.150		199.619	218.396		242.518

FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	178.150	21.469	199.619	218.396	24.122	242.518
Depreciação e amortização	-		-	72.943	(36.549)	36.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-	3	12.427	12.430
Resultado da Equivalência Patrimonial	(183.961)	(21.469)	(205.430)	-		-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido não afetados	(1.228)		(1.228)	(30.286)		(30.286)
Redução nos ativos operacionais:	1.128		1.128	182.149		182.149
Impostos de renda e contribuição social pagos	-		-	(12.586)		(12.586)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) das atividades operacionais	(5.911)		(5.911)	430.619		430.619

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Controladas	31/12/2025	31/12/2024
<i> Holding </i>			
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	Direta	89,6%	89,6%
<i> Pequenas centrais hidroelétricas (PCH) </i>			
Água Limpa Energia S.A.	Indireta	62,2%	62,2%
Areia Energia S.A.	Indireta	62,2%	62,2%
<i> Termoelétricas (UTE) </i>			
Companhia Energética Potiguar	Direta	89,0%	89,0%
Companhia Energética Candeias S.A.	Direta	89,0%	89,0%
Companhia Energética Manauara	Indireta	89,2%	89,2%
São Francisco Energia S.A.	Direta	89,0%	89,0%
Companhia Energética Amazonense	Direta	90%	100%
Companhia Energética Solimões	Direta	100%	100%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas diretas e indiretas foram eliminados na consolidação.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1	4	960	41.584
Aplicações financeiras de alta liquidez	21	16	363.287	539.295
Total	22	20	364.247	580.879

As aplicações financeiras estão majoritariamente concentradas no Fundo de Caixa GPE Securitas com rendimento médio de 101,9%, em operações compromissadas com remuneração que varia de 90% a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e em CDB (Certificado de Depósito Bancário) com remuneração entre 100% e 102% do CDI. Todas as operações de liquidez imediata, realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez e baixo risco de crédito.

7 Depósitos Vinculados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Banco da Amazônia S.A. - BASA (b)	5.533	4.443

Refere-se aplicação financeira de longo prazo, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme nota explicativa n.º 20, lastreadas em CDB remuneradas à taxa equivalente a 93% do CDI. Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros e os respectivos valores foram classificados no ativo circulante.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	10.074	47.102
Valores a faturar	25.121	39.601
Total	35.195	86.703

Para as controladas AGL e ARE, os saldos a receber são, em sua totalidade, com a ENBPARG (Proinfra), sem valores vencidos, apenas valores a vencer em menos de dois meses.

Já para as controladas CEC e CEP os valores a receber correspondem à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CRCAP, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência.

Após análises, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas, uma vez que os saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes setoriais, diminuindo o risco de crédito nas transações.

9 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS sobre ativo imobilizado	-	36
PIS	14.420	410
COFINS sobre ativo imobilizado	-	165
COFINS	66.291	6.590
ICMS a recuperar	4	30
Outros	9	793
Total	80.724	8.024
Circulante	80.583	7.823
Não circulante	141	201

Os saldos de COFINS e PIS decorre da não incidência dessas contribuições sobre a receita decorrente de venda interna de energia elétrica de origem nacional realizada por geradora de energia localizada na ZFM destinada a pessoa jurídica ali estabelecida, qualificada como concessionário de distribuição.

Com base em projeções, a administração espera que todos os saldos de impostos a recuperar sejam compensados ao longo de 2026.

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Combustível	50.653	10.715
Almoxarifado de peças para manutenção	78.558	79.537
Outros estoques	22	23
Total	129.233	90.275

Embora não tenham sido solicitadas a gerar energia em 2025, as controladas CEC e CEP mantém seu estoque de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

As controladas realizam inventários e inspeções regularmente e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

11 Arrendamentos a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 1, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que foram totalmente recebidos em maio de 2025:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ano de vencimento</u>		
2024	-	-
2025	-	26.178
Subtotal	-	26.178
Ajuste ao valor presente	-	(502)
Total	-	25.676
Circulante	-	25.676

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.588
Reversão de ajuste a valor presente	4.474
Baixa por realização	(62.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.676
Reversão de ajuste a valor presente	502
Baixa por realização	(26.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 502 (R\$ 4.4474 em 2024).

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (a)	2.171	2.412	2.171	2.412
Adiantamento a funcionários	-	-	18	28
Adiantamento a fornecedor	-	-	6.506	4.261
Despesas antecipadas	-	-	7.215	6.148
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (b)	-	-	69	2.776
Outras contas a receber (c)	23.387	-	27.771	54
Total	25.558	2.412	43.750	15.679
Circulante	-	-	18.192	13.267
Não circulante	25.558	2.412	25.558	2.412
Total	25.558	2.412	43.750	15.679

- (a) Refere-se à busca por novos negócios visando garantir a continuidade operacional das atividades empresariais.
- (b) Corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia hidrelétrica. Quando uma das geradoras não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, e o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Em 2020, as controladas AGL e ARE registraram um balanço positivo das operações do MRE, Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, resultando em uma receita na rubrica “MRE”. Esses valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas iguais, atualizadas pelo IPCA.
- (c) A receber dos acionistas minoritários que compraram ações da controlada CEA conforme NE 19. Esses valores são corrigidos pelo IPCA + 4,5%, e a expectativa de recebimento é 2030.

13 Investimentos

Participação em sociedades controladas

	Data base	Quantidade	Participação	Capital Social	Patrimônio	
		de ações			Líquido	Dividendos
TEP Termoelétrica Potiguar	31/12/2025	106.002.000	89,6%	106.002	144.131	(144.166)
Companhia Energética Candeias	31/12/2025	53.235.722	89,0%	136.571	440.410	(42.752)
Companhia Energética Potiguar	31/12/2025	37.554.721	89,0%	63.193	169.567	(1.370)
São Francisco Energia S.A.	31/12/2025	3.000.000	89,0%	2.200	29.128	-
Companhia Energética Amazonense	31/12/2025	250.000.000	90,0%	250.000	234.653	-
Companhia Energética Solimões	31/12/2025	100.000	100,0%	23	10	-
TEP Termoelétrica Potiguar	31/12/2024	106.002.000	89,6%	106.002	160.668	(182.708)
Companhia Energética Candeias	31/12/2024	51.426.993	89,0%	135.771	391.217	(75.548)
Companhia Energética Potiguar	31/12/2024	37.554.721	89,0%	41.693	163.157	(9.727)
São Francisco Energia S.A.	31/12/2024	3.000.000	89,0%	3.000	46.919	(32.550)
Companhia Energética Amazonense	31/12/2024	230.000.000	100,0%	218.655	222.970	-
Companhia Energética Solimões	31/12/2024	100.000	100,0%	10	3	-

Movimentação dos investimentos em controladas:

	TEP	CEC	CEP	São Francisco	CEA	CES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado	214.966	389.674	153.353	85.073	52.935	5	896.006
Integralização de capital	-	-	-	-	159.969	-	159.969
Reconhecimento do benefício Sudene 2022	-	1.226	-	-	-	-	1.226
Resultado de equivalência patrimonial	92.705	107.302	9.709	(14.349)	10.066	(3)	205.430
Dividendos recebidos	(163.706)	(67.237)	(8.657)	(28.970)	-	-	(268.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	143.965	430.965	154.405	41.754	222.970	2	994.061
Integralização de capital	-	-	-	-	31.345	13	31.358
Venda de ações	-	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Perda de participação societária	-	-	-	-	(431)	-	(431)
Resultado de equivalência patrimonial	114.355	(13.195)	(2.271)	(3.589)	(17.696)	(6)	77.598
Dividendos recebidos	(129.173)	(38.049)	(1.219)	-	-	-	(168.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	129.147	379.721	150.915	38.165	211.188	9	909.144

14 Imobilizado

	Consolidado											
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento de fornecedor e Almoarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Capitalização de Juros	Total
Taxa de depreciação anual		(*)	6,25%	(*)	(*)	16,67%	(a)	-	14,29%	(*)	-	
<u>Custo corrigido</u>												
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	15.582	289.612	2.331	725.599	97.228	3.469	74.025	24.540	354	4.025	-	1.236.765
Adições	-	19	149	435	-	243	190.793	127.155	137	27	19.098	338.056
Baixa	-	-	(24)	(185)	-	(98)	-	(15)	-	-	-	(322)
Transferências	-	29	14	(21)	-	24	-	(52)	-	6	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	15.582	289.660	2.470	725.828	97.228	3.638	264.818	151.628	491	4.058	19.098	1.574.499
Adições	71	20	78	654	-	341	218.795	338.313	-	2	71.880	630.154
Reorganização Societária	-	-	-	-	-	-	(8.751)	(25)	-	-	-	(8.776)
Baixa (b)	(52)	(2.104)	(141)	(5.366)	-	(613)	(13.558)	(6)	-	-	-	(21.840)
Transferências	-	(1)	55	356	-	254	(134.984)	135.260	-	64	(1.004)	-
Reclassificação	-	80	(4)	(77)	-	6	230	(237)	2	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.601	287.655	2.458	721.395	97.228	3.626	326.550	624.933	493	4.124	89.974	2.174.037
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	(721)	(101.394)	(1.685)	(405.765)	(53.208)	(2.576)	-	-	(108)	(2.580)	-	(568.037)
Adições	(27)	(9.000)	(134)	(23.544)	(2.022)	(416)	-	-	(110)	(140)	-	(35.393)
Baixa	-	-	17	183	-	66	-	-	-	-	-	266
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	(748)	(110.394)	(1.802)	(429.126)	(55.230)	(2.926)	-	-	(218)	(2.720)	-	(603.164)
Adições	(28)	(14.310)	(91)	(20.608)	(2.046)	(243)	-	-	(72)	(95)	-	(37.493)
Baixa	23	1.899	120	5.215	-	566	-	-	-	-	-	7.823
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(753)	(122.805)	(1.773)	(444.519)	(57.276)	(2.603)	-	-	(290)	(2.815)	-	(632.834)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2025	14.848	164.850	685	276.876	39.952	1.023	326.550	624.933	203	1.309	89.974	1.541.203
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	14.834	179.266	668	296.702	41.998	712	264.818	151.628	273	1.338	19.098	971.335
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado	14.861	188.218	646	319.834	44.020	893	74.025	24.540	246	1.445	-	668.728

(*) A depreciação dos ativos é calculada com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

- a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.
b) Com o fim do contrato de arrendamento da controlada CEM, os bens e instalações da UTE foram revertidos e passaram a integrar o patrimônio da Eletronorte.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação “debt-to-equity”).

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

15 Outros ativos financeiros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
C2 Participações e Investimentos S.A.	<u>48.000</u>	<u>48.000</u>
Total	<u><u>48.000</u></u>	<u><u>48.000</u></u>

Em 2 de dezembro de 2022, a CEP adquiriu 48.000 debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e vencimento de 2 de dezembro de 2042. A escritura de debêntures não estabelece remuneração ao debenturista (Controlada CEP) e prevê a conversão em ações ordinárias da C2 Participações e Investimentos S.A. a partir de 120 meses da data de emissão, à opção do emissor ou a qualquer tempo por opção do debenturista. Havendo a conversão, a CEP passaria a deter ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, representando 21% do total do capital social. A CEP reconheceu essa operação no ativo não circulante e classificou como ativo financeiro.

16 Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	2.810	(2.682)	128	112
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.771)	26	10
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.924)	1.176	1.372
Direito das autorizações	8,1% e 8,3%	9.717	(1.988)	7.729	8.144
Direito de contratos - clientes	7,3%	654	(654)	-	-
Total		19.078	(10.019)	9.059	9.638

A movimentação do intangível está assim apresentada:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.313
Adições	83
Amortização	<u>(758)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.638
Adições	55
Baixa	-
Amortização	<u>(634)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>9.059</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 14.896/2023, está sendo amortizado à taxa de 4,12%a.a. (4,12%a.a. em 2024) para AGL e 4,48%a.a. (4,48%a.a. em 2024) para ARE, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2045. Ver nota explicativa n.º1 para mais informações.

Na controlada CEC, os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão foi totalmente amortizado em 2024 a uma taxa de 15,03% ao ano.

17 Tributos Diferidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais e base negativa	29.204	7.410
Participação nos lucros e resultado	1.333	910
Pesquisa e desenvolvimento	4.325	2.283
Reconhecimento do arrendamento mercantil	-	2.896
Depreciação Fiscal x Societária	(62.305)	(53.238)
Operações Reconhecidas Valor Justo	-	(4.825)
Outras diferenças temporárias	263	(3.790)
Total	<u>(27.180)</u>	<u>(48.354)</u>
Tributos Diferidos Passivos	27.180	48.354

Os impostos diferidos referentes a diferenças temporárias realizar-se-ão no transcorrer dos exercícios de 2026 e 2027.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	-	2.492	97
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	286	3.047
Engenharia São Patrício	-	-	122	116
Fairfax Brasil Seguros	-	-	-	725
Global Engenharia Ltda (b)	-	-	3.587	3.413
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	-	10.460	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	-	-	2.148
Wartsila (Brasil e Filandia)	-	-	-	2.552
Arcoma da Amazônia	-	-	-	1.051
CCRG Equipamentos	-	-	-	6.522
Ruhrpumpen do BRASIL	-	-	-	1.275
Ecosan Tratamento em Saneamento	-	-	2.850	-
HTB Construções Ltda	-	-	1.834	-
Powerbus - Equipamentos Eletricos Ltda	-	-	1.261	-
Emerson Process Management LTDA	-	-	894	-
Enerwatt Engenharia, Dindustria e comércio	-	-	950	-
AXA Seguros S.A	-	-	2.906	-
Carl Baguhn Barranquilla S.A.	-	-	1.567	-
Outros fornecedores	26	71	10.261	8.216
Total	26	71	39.470	29.162

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$ 9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 15 de maio de 2045 (AGL) e 19 de agosto de 2015 (ARE).
- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção (O&M) da usina, conforme NE 19.

19 Saldos e transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Outras Contas a Receber (a)</u>		
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	1.930	-
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	761	-
Antonio Vasconcelos Santana Neto	2.164	-
Cassiano José Souza da Silva	2.398	-
Eduardo José Andrade Freire Lima	1.871	-
Jarbas Rodrigues Benevides	1.462	-
José Celso Morais dos Santos Junior	1.461	-
José Cordeiro de Almeida Neto	2.573	-
Juliano Souza Matos	1.169	-
Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães	1.169	-
Rodrigo Santana do Amaral	1.695	-
Thaís Salvatori França	1.695	-
Valfredo Assis Ribeiro Filho	3.040	-
Total	<u>23.388</u>	<u>-</u>
<u>Fornecedores</u>		
Global Engenharia LTDA (b)	<u>3.587</u>	<u>3.413</u>

- (a) A receber pela venda de ações da controlada CEA conforme NE 12.
- (b) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção - O&M das usinas CEP, CEC e SFE conforme NE 18.

Remuneração de dirigentes

A Companhia não remunera seus administradores, por política, a remuneração ocorre pelas controladas do grupo.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração Fixa	8.160	8.891
Remuneração Variável	3.412	2.351
	<u>11.572</u>	<u>11.242</u>

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos	Circulante	Não Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Banco da Amazônia S.A. (a)	2.246	-	500.000	502.246	418.403
(-) Custos de transação	-	(774)	(11.511)	(12.285)	(9.528)
Subtotal	2.246	(774)	488.489	489.961	408.875
SUDAM (b)	9.718	-	519.189	528.907	164.459
(-) Custos de Transação	-	(539)	(8.049)	(8.588)	(9.128)
Subtotal	9.718	(539)	511.140	520.319	155.331
Total	11.964	(1.313)	999.629	1.010.280	564.206
Circulante	11.964	(1.313)	-	10.651	3.749
Não circulante	-	-	999.629	999.629	560.457
Total	11.964	(1.313)	999.629	1.010.280	564.206

- (a) Em 27 de março de 2024, foi celebrado o contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor de R\$ 500.000, com primeiro desembolso em 15 de julho de 2024 no valor de R\$ 163.731 e segundo desembolso em 27 de agosto de 2024 no valor de R\$ 252.906, e saldo remanescente desembolsado em 15 de outubro de 2025. O financiamento está sujeito a juros fixos de 6,1486% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.013, de 28/04/2022, com bônus por adimplência de 15%. As amortizações ocorrerão mensalmente a partir de maio de 2028.

Garantias

- I) Carta(s) de Fiança Bancária, garantindo 100% do crédito concedido, proporcionalmente à participação do FIADOR no montante total de R\$ 500.000.
- II) Constituição de Conta Reserva, a partir de julho de 2027, no valor de R\$ 30.000, com saldo mínimo equivalente a 6% (seis por cento) do valor liberado. Esse saldo será formado com depósitos mensais de 1/6 do valor total, até a liquidação integral das obrigações.

- (b) Em 28 de junho de 2024, foi assinado o contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$ 499.811, com primeiro desembolso em 25 de outubro de 2024 no valor de R\$ 161.372, segundo desembolso no valor de R\$ 166.388 em 15 de maio de 2025 e saldo remanescente desembolsado em 12 de novembro de 2025. O financiamento tem incidência de juros fixos de 5,0235% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do CMN n.º 4.960, de 21/10/2021. As amortizações ocorrerão semestralmente a partir de junho de 2028. O valor principal apresentado, R\$ 519.189, supera o montante efetivamente captado porque, conforme previsto contratualmente (cláusula 8ª), periodicamente os encargos financeiros são capitalizados ao saldo principal do financiamento.

Garantias

- I) Alienação fiduciária de ações da Financiada (“Alienação Fiduciária de Ações”), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- II) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Financiada no âmbito do Projeto (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”), conforme Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e
- III) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presente e futuros, da Financiada no âmbito:
 - (i) dos Contratos do Projeto;
 - (ii) dos recursos de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas, bem como as aplicações e investimentos deles decorrentes e vinculados;
 - (iii) dos Seguros do Projeto;
 - (iv) de quaisquer outras receitas da Financiada relacionadas ao Projeto, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

IV) Fiança corporativa da GPE.

Movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025.

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.321	-	33.321
Captação de empréstimos	-	578.010	578.010
Juros e variações monetárias provisionadas	19.153	-	19.153
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(14.580)	-	(14.580)
Pagamento dos custos de captação	(1.103)	(17.888)	(18.991)
Amortização dos custos de captação	524	-	524
Transferências	(335)	335	-
Pagamentos de principal	<u>(33.231)</u>	<u>-</u>	<u>(33.231)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.749	560.457	564.206
Captação de empréstimos	-	421.801	421.801
Juros e variações monetárias provisionadas	70.695	-	70.695
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(44.207)	-	(44.207)
Pagamento dos custos de captação		(3.400)	(3.400)
Amortização dos custos de captação	1.185	-	1.185
Transferências	<u>(20.771)</u>	<u>20.771</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>10.651</u></u>	<u><u>999.629</u></u>	<u><u>1.010.280</u></u>

O cronograma de desembolsos dos contratos é o seguinte:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2028	69.583	48.545
2029	81.853	511.912
2030 em diante	<u>979.164</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>1.130.600</u></u>	<u><u>560.457</u></u>

CLÁUSULAS RESTRITIVAS (COVENANTS)

A partir de 2027, os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento, conforme apresentado a seguir:

SUDAM	ICSD Conclusão Financeira	No mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.
SUDAM	ICSD Dividendos	No mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027
SUDAM	ICSD Mínimo	No mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.
Banco da Amazônia S.A.	ICSD - Fiança Bradesco	Cobertura do serviço da dívida (“ICSD” ou “Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”) de 1,20x (um inteiro e vinte centésimos) a ser apurado anualmente a partir de 2027.

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS serviços de terceiros		-	862	1.566
PIS - Programa de integração social	1	52	486	654
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6	241	2.483	3.062
ICMS e DIFAL	-	-	85	4.759
Outros tributos a recolher	4	1	955	917
Total	11	294	4.871	10.958

22 Provisão para riscos legais e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos consultores legais.

a) Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

Consolidado	
Provisão Para processos Judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	578
Adições (Reversões)	<u>(128)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>450</u>
Adições (Reversões)	<u>(450)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>-</u></u>

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos cíveis *	20.373	20.118
Processos trabalhistas	1.656	184
Processos tributários	5.595	94

* Controlada CEM: Processo administrativo 48536.005006/2024-00 sobre cobrança administrativa dos encargos moratórios pela CCC para que a CEM devolva o montante de R\$18.937 atualizado pelo IPCA de setembro de 2023, referente ao reembolso realizado a maior pela CCC à geradora, no período de julho de 2009 até abril de 2017

c) Depósitos judiciais

Consolidado	
Depósitos Judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.232
Adições (Reversões)	<u>134</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>17.366</u>
Adições (Reversões)	<u>(15.544)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>1.822</u></u>

23 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$ 513.265 (R\$380.498 em 2024) está representado por 41.856.933 (22.898.123 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	52,32%	21.899.727	95,64%
Jones Aranha de Sá	19.957.206	47,68%	998.396	4,36%
Total	<u>41.856.933</u>	<u>100%</u>	<u>22.898.123</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 31 de março de 2025, foi aprovado em AGO o aumento de capital social no montante de R\$ 132.767, com a emissão de 18.958.810 novas ações, mediante utilização de AFAC, integralmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos acionistas, conforme suas respectivas participações societárias.

	<u>Capital social</u>
31 de dezembro de 2023	306.320
Integralização de capital	<u>74.178</u>
31 de dezembro de 2024	380.498
Integralização de capital	<u>132.767</u>
31 de dezembro de 2025	<u><u>513.265</u></u>

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$ 3.809 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.908 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros retidos

Em 2025, a Companhia destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) R\$ 17.657 (R\$148.400 em 31 de dezembro de 2024).

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2025, a Companhia destinou à recebeu a título de AFAC R\$ 33.250 (R\$132.767 em 31 de dezembro de 2024).

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de reservas de lucros inferior ao capital social, dispensando a obrigatoriedade da assembleia de deliberar sobre aplicação desses recursos.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	76.176	199.619
Média ponderada de ações em circulação no período	37.182	22.898
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>2,049</u>	<u>8,718</u>

Dividendos

A Companhia adota a política contábil de registrar os dividendos e juros sobre capital próprios recebidos no fluxo de caixa das atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	76.176	199.619
Reserva Legal	<u>(3.809)</u>	<u>(8.908)</u>
Base para dividendos	<u>72.367</u>	<u>190.711</u>
Dividendo Mínimos Obrigatórios 25%	<u>18.092</u>	<u>42.311</u>

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2025 e 2024 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
2025			
AGOE de 31 de março de 2025	Dividendos adicionais 2024	72.310	3,158
RCA de 15 de agosto de 2025	Dividendos Intermediários	30.000	1,310
RCA de 18 de dezembro de 2025	Dividendos Intermediários	292.053	12,754
2024			
RCA de 02 de fevereiro de 2024	Dividendos adicionais exercícios anteriores	64.227	2,805
AGOE de 23 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	85.107	3,717
RCA de 25 de setembro de 2024	Dividendos intermediários	85.000	3,712

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2023	117.576	126.849
Dividendos propostos referente a 2023	149.228	173.917
Dividendos Intermediários 2024	-	16.186
Juros sobre capital próprio	-	1.972
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(295)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	42.311	49.195
Dividendos pagos	<u>(228.723)</u>	<u>(278.926)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024	80.391	88.897
Dividendos propostos referente anos anteriores	297.253	311.444
Dividendos Intermediários 2025	36.708	67.980
Juros sobre capital próprio	-	184
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(27)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	18.092	18.191
Dividendos pagos	<u>(153.649)</u>	<u>(192.925)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2025	<u>278.795</u>	<u>293.744</u>

24 Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	-	14.190
Total	<u>-</u>	<u>14.190</u>
Circulante	-	14.190
<u>Passivo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	643	-
Total	<u>643</u>	<u>-</u>
Circulante	643	-
Resultado	<u>(14.833)</u>	<u>24.730</u>

Os contratos derivativos contratados pela controlada CEA referem-se a **contratos a termo de moeda estrangeira**, celebrados com a finalidade específica de **proteção contra a variação cambial** relacionada a compromissos firmes assumidos com fornecedores no exterior. Esses instrumentos foram contratados **de forma casada com os pagamentos aos fornecedores**, considerando os mesmos valores nocionais, moedas e prazos de liquidação dos desembolsos previstos, visando mitigar a exposição da controlada às oscilações das taxas de câmbio entre a data da contratação dos insumos/serviços e a efetiva liquidação financeira.

25 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.176	203.688	123.311	286.350
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(25.900)	(69.254)	(41.926)	(97.359)
Diferenças temporárias e permanentes				
Exclusões	-	-	-	6.275
Resultado de Equivalência Patrimonial	26.383	69.847	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(5.170)	63	670
Atualização Saldo Recebido CCC	-	-	(15.615)	-
Demais adições e exclusões	508	508	2.451	4.067
Impostos correntes sobre lucro real	-	(4.069)	(55.027)	(86.347)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	20.398	19.594
Imposto de renda e contribuição social	-	(4.069)	(34.629)	(64.199)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	11.480	31.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	5.464	(11.052)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(4.069)	(17.685)	(43.832)
Alíquota Efetiva	0,00%	-2,00%	-14,34%	-15,31%

26 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de energia (a)	154.272	255.203
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	154.144	376.058
Mecanismos de realocação de energia - MRE	2.890	2.695
Deduções de venda		
Cancelamentos	(7.965)	(553)
PIS (c)	4.572	(10.701)
COFINS (c)	22.562	(49.293)
ICMS	(17.172)	(42.807)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(2.161)	(5.536)
Total	311.142	525.066

- (a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada ao longo do tempo, representando uma receita fixa reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, abrangendo a recuperação de vários custos, como investimento, custos de conexão e uso do sistema, consumo de insumos e/ou combustível, operação e manutenção da usina, seguros, garantias, tributos e encargos necessários à execução dos contratos.
- (c) Recuperação do COFINS e PIS na controlada CEM decorre da não incidência dessas contribuições sobre a receita decorrente de venda interna de energia elétrica de origem nacional realizada por geradora de energia localizada na ZFM destinada a pessoa jurídica ali estabelecida, qualificada como concessionário de distribuição conforme NE 9.

27 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
Custos e despesas com pessoal e administrador	-	(23)	(35.564)	(38.248)
Depreciação e amortização	-	-	(38.127)	(36.394)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(28.664)	(29.999)
Custos com manutenção e operação	-	-	(144.816)	(204.508)
Custos e despesas com seguros	-	-	(2.969)	(4.981)
Despesas com viagens e comunicações	(426)	(484)	(2.101)	(2.081)
Serviços de terceiros	(18)	(3)	(6.188)	(6.018)
Assessoria e consultoria	(1.110)	(956)	(11.775)	(14.777)
Tributos	(44)	(1.450)	(5.942)	(1.960)
Resultado de equivalência patrimonial	77.598	205.430	-	-
Outras (despesas) receitas	(673)	961	5.020	(653)
Total	75.327	203.475	(271.126)	(339.619)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(214.267)	(275.549)
Resultado de equivalência patrimonial	77.598	205.430	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.839)	(3.182)	(66.028)	(72.945)
Outras receitas operacionais, líquidas	(432)	1.227	9.169	8.875
Total	75.327	203.475	(271.126)	(339.619)

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	4	16	31.402	13.676
Depósito Vinculado	-	-	241	306
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS	-	-	18.098	7.427
Atualização Pedido de Restituição	-	-	124	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(41)	(10)	(5.596)	(2.222)
Juros sobre arrendamento (a)	-	-	502	4.474
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	17.959	49.069
Variações cambiais positivas	-	-	324	1.422
Outras receitas financeiras, líquidas	888	210	38.255	5.504
Subtotal	851	216	101.309	79.656
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e fir	-	-	-	(390)
Amortização de custo de captação	-	-	-	(189)
Variações cambiais negativas	-	-	(1.219)	(1.344)
Outras despesas financeiras, líquidas	(2)	(3)	(1.961)	(1.560)
Subtotal	(2)	(3)	(3.180)	(3.483)
<u>Ganho (perda) de instrumentos financeiros</u>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(14.833)	24.730
Subtotal	-	-	(14.833)	24.730
Total	849	213	83.296	100.903

- (a) Refere-se ao reconhecimento do juros sobre arrendamento na controlada CEM.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos associados aos instrumentos financeiros não derivativos, mas não são afetadas por eles. Esses riscos incluem:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado.

Risco de crédito

É o risco gerado quando a Companhia e suas controladas enfrentam a possibilidade de perdas financeiras devido à falha de um cliente ou contraparte em cumprir suas obrigações contratuais.

Esse risco é mitigado por meio da análise da situação financeira e patrimonial dos clientes e contrapartes, além do acompanhamento das posições em aberto. Embora exista uma concentração de contas a receber e receitas provenientes da CCEE, a Companhia e suas controladas consideram os riscos de inadimplência por parte desse cliente como baixo. Em relação às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas apenas conduzem operações com aquelas avaliadas como de baixo risco por agências de avaliação.

Além disso, a Companhia e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e até o momento não identificaram exposição significativa ao risco de crédito. Quaisquer saldos vencidos e não recebidos são mitigados por meio de contratos de garantias financeiras. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que distribui a inadimplência entre os participantes do setor de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo Poder Concedente, reduzindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez envolve a possibilidade de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento, seja por meio de pagamentos em dinheiro ou por meio de ativos financeiros. Para gerenciar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam uma abordagem que visa garantir liquidez adequada para honrar suas obrigações, tanto em condições normais quanto sob estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer sua reputação.

A gestão da liquidez inclui a elaboração de previsões de fluxo de caixa e o monitoramento contínuo das exigências de liquidez. Essas previsões consideram os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa da empresa, garantindo que haja caixa disponível suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas por um período mínimo de sessenta dias, excluindo eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”), relacionadas a indicadores financeiros e de geração de caixa. Essas cláusulas são monitoradas regularmente para garantir que não restrinjam indevidamente as operações da empresa.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2026</u>	<u>2028 em</u> <u>diante</u>
Fornecedores	39.470	-
Empréstimos e financiamentos	11.964	998.316
Dividendos à pagar	298.264	-
Outras contas a pagar	67.086	-
Total	<u>416.784</u>	<u>998.316</u>

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de que mudanças nos preços de mercado, como taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O gerenciamento desse risco visa controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de limites aceitáveis, ao mesmo tempo em que busca otimizar o retorno.

Este risco deriva da possibilidade de a Companhia e suas controladas enfrentarem perdas ou ganhos devido às flutuações cambiais que impactam o resultado financeiro, especialmente relacionadas à aquisição de peças em moedas estrangeiras.

Taxa de câmbio:

Esse risco decorre das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras, que podem resultar em perdas devido a compromissos em moeda estrangeira. Em 2025, as controladas registraram uma variação cambial líquida negativa consolidada de R\$ 895 (positiva em 2024, de R\$ 78).

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações cambiais, a controlada CEA celebrou contratos financeiros de proteção, compatíveis com o volume e o prazo de suas exposições em moeda estrangeira, visando mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre seu fluxo de caixa. Em 2025, com esse tipo de instrumento, obteve uma perda de R\$ 14.833 (em 2024, ganho de R\$ 24.730).

Taxa de juros:

Esse risco decorre das flutuações nas taxas de juros, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou diminuir a receita financeira de aplicações. Para mitigá-lo, a Companhia e suas controladas negociam empréstimos e financiamentos buscando taxas de juros condizentes com o retorno esperado do negócio. Além disso, centralizam seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDI) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros:

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2025, considerando uma variação de 10%. Essa análise assume que o valor do instrumento financeiro permaneceu aberto durante todo o exercício seguinte e obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2025. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada internamente para apresentar os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração. Essa taxa corresponde à avaliação da Administração sobre as possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/25</u>	<u>Variação de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
368.819	14,90%	13,41%	(5.495)

Gestão do capital

Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia e suas controladas monitoram o capital por meio de índice de alavancagem, que é representado pela dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas incluem na dívida líquida os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamento e debêntures sujeitos a juros	-	-	1.010.280	564.206
Fornecedores	25	70	39.470	36.070
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(22)	(20)	(364.246)	(580.879)
Dívida líquida	3	50	685.504	19.397
Patrimônio líquido	727.545	747.922	871.148	1.073.793
Índice de alavancagem	0%	0%	79%	2%

Política de preços (ambiente regulatório)

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do Proinfa com a Eletrobras. A Companhia não possui proteção específica para esse tipo de risco, mas entende que qualquer alteração no contrato atual exigirá a anuência de ambas as partes, bem como a aprovação do órgão regulador Aneel.

Para CEC e CEP

As coligadas mantêm contrato de reserva de capacidade, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (“MCP”). As coligadas não possuem proteção específica para esse tipo de risco, mas entende que qualquer alteração no contrato atual exigirá a anuência de ambas as partes, bem como a aprovação do órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de combustível

- **CEC:** A controlada mantém um contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OC-CMB) com a Refinaria Mataripe S.A em caráter de exclusividade. Conforme estabelecido no contrato, a Refinaria Mataripe assegura o fornecimento do combustível na quantidade necessária para garantir a geração contínua de energia, caso haja despacho pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). O contrato prevê penalidades (multas) em caso de não atendimento do volume requisitado.

CEP: A controlada mantém um contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo diesel firmado com Vibra Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao do contrato de fornecimento de potência, até 30 de junho de 2041. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado. A companhia entende não haver riscos que justifique o reconhecimento de perdas.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE adotam medidas para mitigar os riscos associados:

- **Adesão ao MRE:** um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica. Esse mecanismo permite que, em caso de uma das geradoras não conseguir suprir a energia contratada devido à escassez hídrica, o consórcio forneça a energia complementar necessária. Além disso, o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.
- **Repactuação do Risco Hidrológico:** Em 2016, as controladas repactuaram o risco hidrológico, transferindo para o consumidor o risco de escassez hídrica mediante o pagamento de um prêmio de risco.

Considerando essas medidas, as controladas AGL e ARE entendem que não há riscos associados em 2025 devido as estratégias adotadas para lidar com a escassez de chuva.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia assinou Contratos de Negociação a Termo de Moeda no montante de U\$ 34.662 (R\$ 165.278, conforme conversão contratual), com vencimento final em 30 de julho de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia assinou Contratos de Negociação a Termo de Moeda no montante de U\$ 31.571 (R\$ 231.281, conforme conversão contratual) e € 3.269 (R\$ 20.624, conforme conversão contratual), com vencimento final em 31 de julho de 2026.

30 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada CEA dispunha de contratos firmados com a Siemens para fornecimento das turbinas a gás e a vapor, totalizando R\$ 284.296 (R\$ 272.171 em 2024), com vencimento até 30 de dezembro de 2026.

31 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

-

Exercício de 2024 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.794 (AGL), R\$1.682 (ARE), R\$ 20.825 (CEM), R\$ 16.122 (CEC) e R\$ 3.191 (CEP).

- Juros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados no Imobilizado no montante de R\$ 19.098 (CEA).

Exercício de 2025 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 2.974 (AGL), R\$ 2.250 (ARE), R\$ 5.864 (CEM), R\$ 10.364 (CEC) e R\$ 2.413 (CEP);
- Juros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados no Imobilizado no montante de R\$ 71.880 (CEA).
- Integralização de capital social através de AFAC no montante de R\$ 132.767

32 Eventos subsequentes

Dividendos Declarados Após a Data-Base

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2026, posterior à data-base destas demonstrações financeiras, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 91.976.